

1837.

6 DE MAIO.

Publica-se às quartas-feiras e sábados. Subscrevase nesta typographia.

JORNAL DOS DEBATES

N. 2.

SABBADO.

POLITICOS E LITTERARIOS.

O preço da assignatura he de 2 \$ rs. por trimestre, pagos adiantados.

Rio de Janeiro, Typ. Imperial e constitucional de J. VILLENEUVE e COMP., rua d'OUVIDOR N. 65.

INTERIOR.

ABERTURA DA ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA. —
FALLA DO TRONO.

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação.

A época da reunião da Assembléa Geral he sempre esperançosa para a Nação: ella tem direito a ver diminuidos os males que a affligem.

É em extremo agradável o ter de annunciar-vos, que as nossas relações com as Potencias estrangeiras, continuão a ser cultivadas como d'antes.

O estado interno do paiz ainda não offerece um aspecto satisfactorio. O Pará reconhece hoje o Governo legal, e a agricultura e o commercio principião já a desenvolver-se ali; mas acredito que será ainda necessaria, por algum tempo, naquella Provincia, a presença de grandes forças, que exigem consideráveis despezas, e que muito convirá que o Governo Provincial não deixe de ter, na forma da Constituição, attribuições sufficientes para poder restabelecer completamente, e consolidar a tranquillidade, e a segurança publica.

O Rio Grande do Sul ainda não está pacificado: o Governo continúa a empregar na sua pacificação os meios de que pôde dispor.

A Provincia de Sergipe soffreu, em o anno proximo passado, uma violenta commoção; os seus effeitos ainda fazem sentir-se.

Nas outras Provincias, experimenta-se geralmente falta de segurança individual, e não pôde affiançar-se a continuação da tranquillidade publica, em quanto esta não se firmar nas bases de uma legislação apropriada.

As rendas publicas tem crescido: comtudo o meio circulante pôde, tal como existe, comprometter todas as fortunas. Este objecto é um daquelle que reclamão a vossa seria e providente attenção.

Augustos e Digníssimos Senhores Representantes da Nação, remedios fracos e tardios, pouco ou nada aproveitão na presença de males graves e inveterados. Os Ministros e Secretarios de Estado far-vos-hão ver nos seus relatorios as mais urgentes necessidades do paiz, e terão occasião de propor-vos as medidas, que lhes parecerem mais adequadas á felicidade da Nação e á estabilidade das nossas instituições, e do Trono do Senhor D. Pedro II. Está aberta a sessão.

DIOGO ANTONIO FEIJÓ.

Não devendo e não podendo de modo algum, como jornalista, disfarçar nosso pensamento acerca da Falla do Regente, senti-

mos antes de tudo a necessidade de prevenir, que encararemos esta peça como obra exclusiva dos illustres Secretarios d'Estado, e por consequencia a critica, que por ventura possa sobre ella recahir, reduz-se à uma simples e regular questão de Gabinete. Ninguém mais do que nós tributa respeito à doutrina constitucional, que na sphera do Ministerio circumscreve o limite da censura, como da responsabilidade. A observancia d'este principio é um dos mais seguros peñhores da estabilidade das instituições, e do repouso do nosso paiz. As paixões mudão, os interesses mudão, as circumstancias de posição mudão, mas os principios ficão, e sobrevivem ao naufragio de todos os elementos variaveis. Esta observação preliminar era indispensavel em um momento em que as irreflectidas apprehensões do Poder, e a imprudencia de alguns espiritos deixam ver notavel tendencia à desconhecê-la.

A Falla da abertura das Camaras é de ordinario acolhida em todos os paizes livres, com os sentimentos do mais vivo interesse; isso assim deveria ser, o motivo é simples. O espirito publico n'ella depara a prova dos beneficios ou dos males da marcha politica até então seguida pelo Gabinete, e bem assim a revelação das vistas geraes, com que no tempo futuro tem de ser regulados os seus destinos. Tudo costuma ser serio, grave, e solemne em um tal discurso, tão importante pelas suas consequencias. Ora nós perguntaremos aos homens sinceros de todos os partidos, amigos ou inimigos da actual Administração, si o recente Discurso d'Abertura, satisfaz realmente nas suas revelações as exigencias do pensamento do Brasil? Perguntaremos, si a sua importancia, e significação politica se nivellam com a gravidade das circumstancias no seio das quaes se revolve o paiz? Perguntaremos, si quando Brasil inteiro tem os olhos fixos no drama interminavel de acções e reacções sanguinolentas, com que a discordia civil dilacera o Rio Grande, si duas palavras, duas palavras tão somente, vagas, geracs acerca do estado d'aquella Provincia bastão para satisfazer a anxiedade publica?

Ao ler esse discurso, a primeira e a derradeira impressão serram igualmente o coração de tristesa; ressumbra nelle a expressão,

não diremos de indiferença para os negocios do Brasil, porque tal qualificação seria uma injustiça feita ao patriotismo dos nobres Ministros, mas d'aquelle desalento e pejo de si mesmo, que evita chamar a attenção das Camaras sobre a historia pouco lisonjeira dos resultados da inhabilidade applicada à superar as grandes occurrencias, e difficeis embaraços da ordem social. Tanta disproporção entre as circumstancias e a Falla era em verdade de natureza propria a desconcertar a expectação e curiosidade publica.

O Governo congratula-se com os representantes da Nação, pela continuação das boas relações inter-nacionais. O vazio produzido pela ausencia total de explicações relativamente ao estado das negociações pendentes com a Córte de Roma, faz-se sobremodo sensível na Falla. Que fito levaria o Gabinete em uma tal ommissão? O objecto entretanto não era sem importancia pela attitude hostile, que no anno ultimo havia tomado a diplomacia Brasileira em frente d'aquella Córte. Igual reparo suscita o silencio sobre as nossas relações com o Governo Oriental, complicadas recentemente pelas notas do Governo Brasileiro. As reclamações dirigidas contra o asilo dado à refugiados politicos, que continuão a turbar o paiz, de que sabião, são certamente fundadas nas bases as menos contestaveis do direito inter-nacional; mas contra seu successo ellas tem o defeito capital de ser feitas pelo Gabinete actual. O nosso direito é analogo àquelle que exerceo o anno passado em França o Ministerio Thiers, exigindo da Federação Helvética a expulsão dos refugiados, que pelas fronteiras conspiravam contra o Governo Real. Mas si identico é o direito, o exito das reclamações, será sem duvida diverso, porque todo o Governo que jaz na impotencia de conciliar-se o respeito do proprio paiz, à que preside, muito e muito difficilmente conseguirá fazer respeitar ao estrangeiro os direitos nacionaes.

Foi uma bem triste necessidade para o Governo o ter de occupar-se no Discurso da Abertura da posição do Rio Grande do Sul, em presença daquella mesma maioria parlamentar, que votára tão extraordinarias medidas para a salvação da Provincia. Assim também evadiu-se elle da questão com uma

singular avareza de palavras. E com effeito quantas medidas havia pedido à Camara para sopear a insurreição, tantas lhe foram largamente concedidas. Propoz um credito de 2:000:000\$, e a Camara o votou; propoz uma das mais amplas leis de recrutamento, que tenham existido entre nós, a Camara a votou; propoz a suspensão das garantias, a Camara a concedeo; propoz a amnistia, a Camara a concedeo; propoz a promoção dos officiaes assignalados na causa da legalidade, a Camara a concedeo. Força, homens, dinheiro, recompensas, suspensão de leis, tudo, tudo lhe foi ministrado com admiravel largueza.

Munido de tão forte e pesada armadura, o Ministerio nada mais pediu à Camara, porque nada mais restava à dar-lhe excepto o que stava fóra da linha da sua potencia como a firmeza de desiguiu, a sabedoria politica, a harmonia de vistas, a experiencia das cousas e dos homens. Agora que todos aquelles meios foram empregados em pura perda, que a Provincia se entranha de grão em grão no golphão da desordem, a Camara pôde gritar-lhe, à maneira do phantasma de um drama moderno: — *Comme un remords vivant, devant toi je me dresse.*

O topico do Discurso relativo à Provincia de Sergipe, desperta a reminiscencia da ley abertamente violada pelo Ministerio, quando não hesitou em mandar annular as eleições daquella Provincia.

Abusos de uma natureza grave haviam em verdade falsificado as eleições; mas a Camara dos Deputados, e só a Camara dos Deputados cabia constitucionalmente o direito de annular-las, quando chegado fosse o momento da revisão dos diplomas. É este mais um exemplo da funesta tendencia da presente Administração, à lançar-se fóra do circulo legal. Mas nós lhe diremos que o arbitrario nunca foi util a ninguém; a senda do arbitrario é facil, prompta, e commoda, mas conduz governos, e povos ao precipicio. A Providencia não decretou que a ordem e harmonia dos negocios fossem incompatíveis com as garantias legais, que o que é justo não podesse subsistir ao lado do que é seguro; ella deixou-nos, sim, a tarefa laboriosa de esmerilhar o segredo d'esta nobre alliança.

EDUCAÇÃO PUBLICA.

(COMMUNICADO.)

O primeiro embaraço, que se apresenta ao espirito de quem se occupa de estabelecer principios sobre um ensino publico Nacional he sobre qual deve ser a especie da educa-

ção intellectual adaptada às differentes classes, e condições de individuos n'uma sociedade. Indubitavel é, que ha um genero de instrução, a qual todos devem possuir, e que ha outra, que se compete a certos individuos. Os que são destinados ao trabalho do campo, ou à manipulação das Officinas não carecem ser instruidos no mesmo grão como os que se destinão ao governo do Estado, ou a arte Militar. Mas até um certo ponto, consideravel grão de illustração pôde estender-se a todas as classes; e a classe media da sociedade merece mais cultura do que aquella, que até aqui se ha julgado necessaria nas mais illustradas Nações da Europa. Em Inglaterra grandes cuidados se tomão para estender a sphaera da intelligencia até o ponto de abranger as classes que cultivão as artes uteis (*).

A questão, si devem estas classes ter alguma luz das sciencias, é identica à de saber-se, se devem estas classes ser mais ou menos felizes. Incontestavel é, que para conservar-se a raça humana, é necessario, que o homem trabalhe, ou sobre a terra, ou sobre os productos que a terra dá para ser adaptados aos usos da vida. É outro sim innegavel, que os que trabalham apenas podem roubar alguns momentos ao seu quotidiano emprego para os consagrar à aquisição de alguma especie de conhecimentos. Mas isto somente prova, que os grãos da intelligencia devem ser proporcionados à condição social dos individuos. Sem que por isso deixe de ser palpavel que até um certo ponto pôde obter-se um certo grão de intelligencia com um leve sacrificio de tempo. Qual é porém o grão de intelligencia e de aptidão mental, que pôde ser adquirido pela classe mais numerosa de uma nação? Este é o problema. Ainda que ao maior numero de individuos incumbe o incessante affan de ganhar o seu pão com o suor do seu rosto, nenhum ha, que não possa forrar alguns instantes, ou mesmo alguma epocha da vida (principalmente a da adolescencia) para se empregarem na cultura do seu entendimento — mormente quando é certo, que o homem sem chegar à uma perfeita madureza não pôde dar-se aos grandes esforços do trabalho corporal. Se a primeira epocha de nossa vida for pois competentemente empregada, poderemos affirmar, que um bem importante cabedal de intelligencia se pôde obter, a qual nos serve para as sub-

(*) Veja-se no interessante opusculo do celebre Brougham (*Practical observations upon education of the people*) os progressos, que o povo vai fazendo na aquisição dos conhecimentos uteis. A diffusão das livrarias circulantes, e a multiplicação dos Clubs scientificos muito contribuem para este effeito.

sequentes epochas, em que devem tirar todo o tempo os cuidados da nossa profissão, ou officios.

Um plano pois de geral instrução, que abranja a todas as classes da sociedade — outro restricto à classe media — e outro peculiar tão somente à aquella classe, que se dedica as profissões scientificas — sendo adoptado em cada um d'estes planos o methodo mais facil, e o mais economico é o *desideratum* dos verdadeiros philantropos, o que todavia não veio à luz com perfeição, apesar dos seus philantropicos trabalhos. Bentham desenvolve as suas ideias a este respeito com a sua costumada sagacidade, e demonstrou, que o *systema* de Lancaster podia estender-se ao ensino dos elementares principios de todas as sciencias, e que não devia só restringir-se à aprender a ler, escrever, e contar (*). Da practibilidade do methodo ninguém duvida; mas não ha sufficiente cabedal, por que possa-se fazel-o extensivo à todas as classes da comunidade; he isto o que torna difficil à sua verificação até ponto, que Bentham deseja.

Demais disto, as classes trabalhadoras, que devem gastar annos na *aprendizagem* das artes uteis, não podem consumir tão largo tempo na aquisição dos avultados grãos de intelligencia, como os que Bentham introduz na sua chrestomatica: é por tanto necessario circunscrever a sua cultura tão somente à ler, escrever, contar, ao cathecismo da religião, e à uma cartilha universal, onde se comprehenda uma collecção de verdades populares relativas à moral, à analyse da Constituição do Estado, à historia natural; como uma exposição succinta, e clara de certos phenomenos da natureza relativos à luz, ao calor, ao ar, à agoa, aos meteoros. Tudo isto porém deve ser feito n'um luminoso e breve compasso de linguagem para que se faça comprehender, e nem leve muito tempo à estudar. Desta primeira escola popular commum à todos os individuos de uma Sociedade, deve-se passar à uma segunda escola, que se pôde chamar escola media. Esta escola é para a classe media da Sociedade, isto é, para a que deve dar alumnos a todas as artes uteis, e ao Commercio. Uma educação conveniente à esta porção da associação é da mais transcendente importancia, e traz consigo os mais serios e sublimos resultados. É nesta classe, que reside toda a força da comunidade; nella se contém a maior porção da industria, é nella que se encontra sempre o genio, que inven-

(*) As taboas chrestomaticas de Bentham dão à esta materia mais extensão do que nos parece que he necessario.

ta, e a mão, que executa; o emprehendedor, que projecta, e o agente, que realisa. Os lavradores, os negociantes, os fabricantes, os artistas, os que descobrem novos processos, e os que aperfeiçoão os já descobertos, os que dilatão a sphaera dos conhecimentos humanos; os que pensão e obrão pelo resto dos individuos de sua raça; todos estes pertencem á classe, e raras vezes se encontrão ou na do baixo povo, ou na da orgulhosa nobreza. — Portanto á educação desta classe se deve dar a maior attenção e cuidado ainda, do que á dos individuos, que se dedicão ás profissões, scientificas e politicas.

Nesta escola media pois deve aprender-se: 1.ª A lingua materna, aprendendo da grammatica tão sómente aquillo, que é essencialmente necessario para entender a construcção do discurso, e acostumiando-se á conhecer as bellezas da lingua por meio de extractos elegantes dos melhores poetas, e mais guapos prosadores. 2.ª Um epitome, que n'uma collecção de maximas explique de um modo curto e claro o systema solar, as leis do movimento, da attracção, e da gravidade. 3.ª Outro cathecismo de geographia, feito conforme o mesmo plano; isto he simples, curto, e de facil percepção. 4.ª Um cathecismo de chronologia, e outro de historia geral, que de uma succinta, e porém comprehensiva relação dos principaes acontecimentos do mundo — como os estabelecimentos dos Governos da Grecia, e a sua mythologia, as quatro grandes monarchias, as perseguições do Christianismo — depois, a invenção da imprensa, da pólvora, e da astrofobia; a reforma de Luther, a passagem da India pelo Cabo da Boa Esperança, o descobrimento da America; a revolução da França; assim todos os grandes acontecimentos e importantes achados nas artes, e sciencias. 5.ª Um cathecismo de Ethica, e de moralidade. Por se não darem logo no principio á mocidade justas idéias dos seus deveres resulta o grande estrago da moral publicã. 6.ª Um cathecismo politico, onde explicada fosse a Constituição do Estado; os direitos, que ella afluencia, e as obrigações, que impõe ao Cidadão — a importância das leis, a utilidade da sua observancia, e os damnos de sua violação — a necessidade dos tributos — os principios, porque se regula o uso da moeda, o valor das cousas, a subida, e a baixa dos salarios, e finalmente as idéias mais geraes relativas ao commercio, agricultura, e industria. Se nos ensinão quasi na infancia os dogmas abstractos da theologia, e as metaphysicas abstracções do mechanismo das

lingoas, por que motivo se não lião de ensinar tambem os elementos do Governo, e as primeiras idéias de legislação.

A lingua Franceza, e Ingleza, que são entre as modernas as que maior utilidade prestão pela muito vasta extensão de sua litteratura, e pela sua grande diffusão por todo o mundo: Eis aqui tudo, á que se deve reduzir o ensino da escola media. A variedade das materias assustará tão sómente á quem não reflectir, que cada um destes quadros deve ser mui resumido, e que podendo ser ensinados pelo methodo de Lancaster podem ser aprendidos com a maior facilidade; o caso é, que cada um destes cathecismos seja um composto, onde entrem na mesma proporção doutrina sufficiente, concisão e clareza. A mór parte dos objectos, de que se trata nestes cathecismos, são familiares aos nossos sentidos, possuem grande conexão com os phenomenos communs da natureza, e são todos elles susceptíveis de serem expostos por um methodo perceptivel, que torne facil o seu ensino. Toda a difficuldade, como já dissemos, consiste em formar esta collecção de epitomes, e de achar mestres capazes de os ensinar. Ah! É quanto diuheiro se desperdiça em objectos, que nenhum ponto de comparação tem com este! (*)

Tudo quanto se poupar neste objecto é economia mais absurda ainda que a do avare, que á si proprio nega o pão de cada dia. A terceira escola, ou escola superior, é a dos que se dedicão ás profissões scientificas da theologia, jurisprudencia, politica, arte militar, medicina, e philosophia natural. Nesta escola se deve continuar a estudar em compendio mais extenso, a historia e a chronologia geral, o grego, e o latim (**), os elementos da geometria, e da algebra.

(*) Um grande premio se devia dar a quem apresentasse o melhor cathecismo sobre as materias, á que se destina esta escola media. A perfeição de obras elementares neste genero é um desideratum que não pôde ser dignamente premiado, quando algem o realisar.

(**) « Aquelles litteratos, que despresão os exemplares gregos e latinos (diz o celebre Broug-ham), assemelhião-se aquelles pintores, ou scultores, que em vez de irem á Roma, ou á Athenas ver com os proprios olhos, e embeter no seu entendimento as maravilhas do Vaticano, e do Parthenon, fundão uma nova escola adaptada ao gosto do seu proprio paiz; e por certo que as produções do cinzel Inglez ficão tanto áqueles dos originaes de Acropolis, quanto as produções dos escriptores modernos ficão átrax dos escriptos nervosos, e bem acabados dos que fulminário sobre a Grecia, sem que ninguém lhes resistisse. — Está certo de que tudo quanto ha abi de grande em eloquencia, e em poesia nos modernos tempos, é devido aos que cultivarão os originaes Athenienses com diurna, e nocturna devecção. »

COMMERCIO DO BRASIL.

O estado das relações commerciaes entre o Brasil e a França, é objecto, que em alto ponto nos interessa; lançemos mão da occasião, em que na Camara Franceza acaba de passar a lei das Alfandegas, sem que attendidas fossem as mais justas reclamações do Brasil, para aqui explanar-mos algumas observações acerca deste importante assumpto.

Cada paiz por sua topographia, seu clima, e intelligencia dos habitantes, vantagens possui, que lhe são proprias, estas mesmas condições porém de sua personalidade o collocão em situação menos favoravel a respeito de recursos territoriaes, e de aptidões naturaes, que são o apanagio de outro paiz. Demais disso o caracter, os costumes, o grão de civilização dos homens separados por longas distancias dão lugar a riquezas, e a necessidades, que grandemente entre si contrastão. Nesta respectiva situação dos povos, necessarios uns aos outros, ha um principio de associação, que util fora fecundar para felicidade das nações. Este principio é o da liberdade do commercio. Mas desgraçadamente a França de outra sorte o tem entendido, já levada das falsas theorias da escola mercantil de Colbert, cujos principios formão ainda hoje o fundo de sua legislação commercial, e já de um amor *ultra modum* para as colonias parásitas lá da America, resultando dahi, que as transacções commerciaes entre o Brasil, e a França restringidas andão á dimensões bem pouco naturaes.

Na immensa variedade de suas produções manufactureiras tem a França com que alimentar o trafico o mais extenso. D'outra parte o assucar, o café, o algodão do Brasil podem ser importados em França por metade do preço, que ora custa a produção colonial. O mar, que as duas nações separa, devia pois abundar em navios indo, e vindo de uma á outra plaga, para trazer á cada uma d'ellas os productos apropriados á suas necessidades, e serrar os laços de amizade, e alliança, tornando-as ambas tributarias uma da outra por consideravel porção dos seus gozos, e riquezas. Mas neste ponto entre o que é, e o que deveria ser, é grande a differença. O valor total da exportação da França para o Brasil pôde ser estimado á 27,000,000 de francos, e o da importação á 20,000,000 fr. Ora comparadas as condições do Brasil, e da França com a pequena elevação destas cifras, resulta o facto lastimoso, que os exorbitantes direitos, que as tarifas Francezas lanção sobre a entrada dos productos do Brasil, hão reduzido o commercio entre as duas nações á menos do decimo do que naturalmente seria, si por ventura os portos da França fossem livremente abertos aos dous principaes artigos da nossa agricultura, o café, e o assucar. O Brasil por sua parte de nenhum modo ha contribuido para resultado tal, a responsabilidade de similhante estado de cousas não lhe pôde caber em proporção alguma. E pelo contrario, como francamente reconhecesse a necessidade de offerecer um mercado á industria estrangeira para dar saída aos productos da propria agricultura, elle abriu larga via ás permutações, fixando os direitos de entrada unicamente a 16 por cento, medida razoavel, pautada sobre os melhores

princípios, e bem digna de ser paga com a reciprocidade da França, a qual é o elemento unico, que asnações, como os individuos, reconhecem em suas transações, e medidas commerciaes.

Um direito de 95 fr. por 100 kilogrammas pesa sobre a entrada do café do Brasil, quando importado por navios Francezes, e de 105, quando por navios estrangeiros. Ora, esta tarifa transcendendo todos os limites da moderação, é tão elevada, que surte efeitos identicos aos de uma prohibição formal, e absoluta: por meio d'ella a concurrencia é nula, e a importação impossivel. Bem que enorme seja semelhante restricção, e que excite os nossos pezares, todavia nada haveria n'ella, que fosse para maravilhar, se tivesse por base e por resultado os verdadeiros interesses da França, e então nem razão, nem direito teriamos de requerer, que ella seguisse uma linha de procedimento conducente á desfalca nos seus beneficios commerciaes. Mas bem longe de servir seus interesses, a tarifa é um immenso sacrificio para os consummadores da França inteira, que pelo café colonial pagão o preço duplo d'aquelle do Brasil, e além disto estreita sobre maneira o circulo das suas exportações, porque é principio, que não carece de provas, que os obstaculos postos á importação são de facto postos á exportação; uma reage sobre outra, sendo a primeira a rigorosa medida da segunda: suppor o contrario, é suppor o impossivel, e embicar no fatal systema da *balança do commercio*.

Graciosa á influencia do regimen anti-commercial das tarifas Francezas, o nosso assucar não pôde igualmente ser admitto nem ao consummo, nem á refinação; o trafico d'este importante artigo é hoje completamente nullo entre os dous paizes. Curioso é observar os sophismas, á que os defensores do systema actual, em França, são obrigados á acodir para justifica-lo. Por exemplo, o Ministro do commercio no discurso pronunciado em uma das sessões do anno ultimo do Conselho dos Delegados da agricultura, das manufacturas, e do commercio, declarou, que o grande objecto, que o Governo tinha em vistas, era conciliar a liberdade, que o commercio requer com a protecção, que as colonias reclamão. Si o Ministro houvesse dito, que seus esforços tendião a conciliar o bom senso com a sem razão, seu discurso o mesmo sentido, e efficacia teria, que a pretensão de promover o consorcio repugnante da liberdade com o monopolio. É isto entretanto, o que em grande parte compõe a bagagem da exposição de motivos da nova lei de Alfandegas, cujos sophismas são tanto do seu gosto, que não balança em chanal-os os unicos verdadeiros principios, em materia de legislação commercial. O desejo de garantir ás Antilhas o monopolio do mercado interior é o pretexto da exclusão do nosso assucar, si não nas fórmãs, ao menos de facto, das refinarias, e do consummo da França. Não será talvez sem interesse uma breve vista d'olhos sobre a marcha dos vexames successivamente impostos ao assucar Brasileiro, com o fim de obter-se aquelle resultado tão dispendioso da sabedoria, como contrario aos proprios interesses Francezes, e ás relações internacionaes.

No momento, em que a volta da paz com a Eu-

ropa restituio á França as miseraveis conquistas, que hoje formão suas colonias, a fabricação de assucar era ali quasi insignificante, e por consequencia sua conservação não demandava á solicitude do legislador.

A guerra, que muitas vezes pelos obstaculos, que semeia diante do commercio, faz nascer novos ramos de industria, que a paz acha estabelecidos, e recioa destruir, não havia animado nas Antilhas a cultura do assucar. Só á sombra do privilegio pôde aquella cultura ali prosperar. A terra das Antilhas não funde por hectare se não 2500 á 3000 kilogrammas de assucar, entretanto que uma igual estensão de terreno no Brasil dá 6 á 7000 kilogrammas. Como pois poderião essas ilhas sustentar a luta, e a concurrencia? No tempo do dominio Britannico, o fabrico de assucar lhes era tolhido; as terras tinham outras culturas por emprego.

Mas voltando ao imperio de sua antiga metropole, os colonos derão-se pressa em recorrer á commiserção do Governo: invocarão os velhos pre-conceitos em materia de colonias, requererão protecção, isto é, o monopolio do fornecimento da França. E que fim tinha essa protecção? Não o manter uma industria existente, e preservar de ruína capitães desde longo prazo empenhados na produção, mas sim o crear uma industria nova, e abrir aos colonos copiosa fonte de creditos á custa dos consummadores da França. Allegarão os colonos suas dividas, e embarcações pecuniarias, como outros tantos titulos á protecção da metropole. Parece singular ao primeiro intuito, e pouco conforme ao uso, o impor difficeis gravames á sociedade inteira para pagar as dividas de particulares; mas que importa? Estes escrúpulos de alguns *theoristas* não retiverão os homens d'Estado; os queixumes dos colonos foram ouvidos, e como á cada concessão obtida nova exigencia succedião, as tarifas das Alfandegas não pararão em elevar-se. Logo de primeiro um direito mais forte se impoz sobre os assucars do Brasil, que sobre os das colonias. A differença da taxa á principio de 10 francos por 50 kilogrammas, foi depois levada á 12 fr. 50 centimos, depois á 15 fr., e affirm a 25. Ella assegura d'esta arte aos productos das colonias o absoluto privilegio do mercado interior. A differença de preço entre o assucar do Brasil, e o das colonias em qualidades iguaes é aproximativamente de 15 fr. por 50 kil.: em vez de medir pelo tanto a protecção sobre esta differença, como era natural, o legislador Francez concede hum direito differencial de 25 fr., e por este modo lança fóra da concurrencia o assucar Brasileiro, que sem perda não poderia entrar para o consummo.

Que estranha violação de todos os principios! Aqui porém não parão as combinações do regimen prohibitivo: não pareceo bastante o assegurar ás colonias o privilegio de fornecer o mercado nacional, a par disto pretendeo-se ainda garantir-lhes o monopolio da exportação do assucar refinado. É dos usos financeiros, quando huma materia primeira direitos paga de entrada, e que passa depois á ser re-exportada, sob a fórma de producto fabricado, o restituir-se no momento da sahida os di-

conservar-se o consummo do estrangeiro, o qual de nenhum modo pagaria no producto fabricado a monta da taxa, que o outro paiz estabeleceu sobre a materia primeira. Mas os assucars das colonias não podião, em razão de seu alto preço, tornar-se materia de exportação, que quasi em totalidade compunha-se do assucar refinado. Então em vez da simples restituição de direitos, adopta-se o singular systema de premios: concedido foi um premio fixo á exportação do assucar refinado sem distincção de origem, mas de tal modo combinado, que o assucar colonial fosse o unico exportado. Não só esse premio embolcava aos colonos os direitos pagos, como tambem a differença de preço entre o assucar estrangeiro, e o colonial. Ora, como nas tarifas Francezas, segundo o que já acima notamos, os direitos differenciaes não sejam medidos pela differença do preço corrente da praça, o premio muito longe estava de equivaler para o assucar do Brasil, e dos outros paizes estrangeiros ao completo reembolso dos direitos da importação, e por consequencia a facilidade de sustentar a concurrencia lhes era ainda uma vez atalhada por este meio. Que admiravel, e sublime invenção! Não contentes os Francezes de submeter-se á um pesado imposto (*), por que as colonias lhes pudessem vender o assucar, darão-lhes d'além um largo subsidio para vendel-o ao estrangeiro. É este o bello-ideal, e a palavra derradeira do systema prohibitivo tal, qual ainda ninguém tinha visto debaixo do Sol!

O gravame infligido á grande maioria da população por este methodo de premios era muito palpavel, muito evidente, para que possível fosse dissimular a longo tempo. Segundo as relações officiaes, as sommas despendidas em tão bello uso orçavão annualmente á 1,500,000 fr. Em 1834 uma luz de esperança de ver abolidos os premios brilhou no espirito dos armadores, e dos negociantes em geral: parecendo veder á propaganda da liberdade commercial, o Ministro havia prometido volver ao primeiro systema da restituição pura, e simples dos direitos, o que grandemente facilitava a admissão do assucar do Brasil nas fabricas Francezas. Era verdade os premios foram abolidos, e o assucar mascavo do Brasil classificado entre os assucars brancos, vantagem, de que té então fôra privado sob o pretexto de haver passado pela operação da *terragem*. Mas um artigo da ordenança de 8 de Julho desse mesmo anno veio de improviso neutralisar os efeitos d'aquellas medidas, e todas as esperanças extinguir-se, como o clarão do fogo da palha.

Era de mister acabar entre o producto crystallizado, e a materia bruta uma proporção, que de base servisse ao reembolso dos direitos á sahida do assucar do Brasil, depois de refinado. A citada ordenança fixou-a a 75 por 100 kil.: semelhante proporção, porém, foi immediatamente reconhecida como falsa, e inexacta pelos refinadores: segundo suas reclamações, 75 kil. da materia crystallisavel não representam realmente 100 de mascavado bruto: ao menos os processos da fabrica do simples refinador insufficientes são para obter a proporção fixada pelo principio legal. Desde então os fabricantes, justamente reciosos de trabalhar em perda propria, recusão comprar os nossos mascavados, o a ordenança, longe de surtir um efeito salutar, aggrava pelo contrario o máo estado das relações commerciaes do Brasil com a França.

(*) Tem-se calculado o gravame dos consummadores á 29,219,800 fr.